

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário .....	VII
Apresentação da 47ª edição.....	IX
Apresentação da 44ª edição.....	XI
Apresentação da 43ª edição.....	XIII
Apresentação .....	XV

## Teoria Geral do Direito Processual Civil

## Parte I – Noções Fundamentais

## Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

## § 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais .....	6
2 – Definição.....	6
3 – Natureza .....	7
4 – Relações com outros ramos do Direito.....	7
5 – Objetivo .....	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil.....	9

## § 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens .....	12
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia.....	12
8 – O processo civil romano .....	12
9 – Processo comum .....	14
10 – O processo civil moderno (fase científica) .....	15
11 – Direito processual civil brasileiro .....	15
12 – Regulamento nº 737.....	16
13 – Códigos estaduais .....	17
14 – Códigos unitários .....	17
15 – O novo Código .....	17
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil.....	18
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional .....	19

## § 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais .....	22
17 – Lei processual .....	22
18 – A lei processual no tempo .....	23
19 – A lei processual no espaço .....	24
20 – Interpretação das leis processuais.....	24

## § 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais .....	28
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal .....	28
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo .....	29
24 – Princípio do contraditório .....	30
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição .....	32
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	33
27 – Princípio da verdade real .....	33

28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade .....	34
29 – Princípio da publicidade .....	35
30 – Princípio da economia processual .....	35
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão .....	36

## Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

### § 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica .....	38
33 – Justiça privada e justiça pública .....	38
34 – Jurisdição .....	38
35 – Características da jurisdição .....	40
36 – Imparcialidade e disponibilidade .....	41
37 – Objetivo da jurisdição .....	42
38 – Princípios fundamentais .....	43
39 – Jurisdição civil .....	43
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	44
41 – Substitutivos da jurisdição .....	45
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva .....	45

### § 6º – Processo

42 – Conceito .....	49
43 – Processo e procedimento .....	49
43-a – Características do procedimento .....	52
44 – Autonomia do processo .....	52
45 – Espécies de processo .....	53
46 – Funções do processo .....	53
47 – Independência dos processos .....	54
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas .....	55
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência .....	55
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória .....	56

### § 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça .....	59
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional .....	59
50 – Autonomia do direito de ação .....	60
51 – A evolução do conceito de ação .....	60
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional .....	61
52 – Condições da ação .....	62
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação .....	63
54 – Pressupostos processuais .....	69
55 – Classificação das ações .....	70
55-a – Ação e pretensão .....	71
55-b – Ação e causa .....	72
55-c – Elementos identificadores da causa .....	73
56 – A defesa do réu .....	74
57 – Espécies de resposta .....	75

## Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

### § 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo .....	78
--	----

59 – A relação processual .....	78
60 – Classificação dos elementos do processo .....	79
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais .....	81
62 – Direitos processuais .....	81
63 – Obrigações processuais .....	81
64 – Deveres processuais .....	81
65 – Ônus processuais .....	82

## Parte II – Sujeitos do Processo

### Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes .....	86
67 – Nomenclatura .....	87
68 – Substituição processual .....	87
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) .....	89
70 – Capacidade processual .....	89
71 – Capacidade processual das pessoas casadas .....	90
72 – Curatela especial .....	92
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais .....	93
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação .....	94
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres .....	96
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 .....	96
76 – Responsabilidade das partes por dano processual .....	98
76-a – Direitos .....	99
76-b – Direito especial dos litigantes idosos .....	99
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo .....	102
78 – Antecipação das despesas .....	102
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo .....	103
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência .....	104
81 – Sucumbência recíproca .....	104
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais .....	105
83 – Multas .....	105
84 – Honorários de advogado .....	106
85 – Cabimento dos honorários .....	106
86 – Inoperância da sucumbência .....	107
87 – Fixação dos honorários .....	108
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários .....	109
89 – Execução dos honorários .....	110
90 – Assistência judiciária .....	110
§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação .....	114
92 – O mandato judicial .....	114
93 – Direitos e deveres .....	115
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte .....	118
95 – Substituição do advogado .....	118

## Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes .....	122
97 – Classificações .....	122
98 – Espécies de litisconsórcio .....	122
99 – Sistema do Código .....	124
100 – Casos legais de litisconsórcio .....	124
101 – Litisconsórcio necessário .....	125
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação .....	126
103 – Litisconsórcio facultativo recusável.....	128
104 – Posição de cada litisconsorte no processo .....	129
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais .....	130
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito .....	132
107 – Classificações .....	132
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito .....	134
109 – Competência .....	135
110 – Procedimento .....	135
111 – Julgamento da oposição .....	136
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito .....	139
113 – Pressuposto da nomeação à autoria .....	139
114 – Procedimento .....	139
114-a – Recurso.....	140
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito .....	143
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano .....	144
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide .....	146
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide .....	147
117 – Objetivo do incidente .....	147
118 – Legitimação .....	147
119 – Procedimento .....	148
120 – Efeitos da denúnciação da lide .....	149
120-a – Recursos .....	151
120-b – Execução da sentença.....	151
121 – Denúnciações sucessivas .....	153
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito .....	157
123 – Casos de admissibilidade do incidente .....	157
124 – Procedimento .....	158
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	159
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil ...	159
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito .....	162
126 – Pressupostos da intervenção .....	162
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial .....	163

128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial .....	164
129 – Procedimento .....	164
130 – Poderes e ônus processuais do assistente .....	165
130-a – Assistência provocada .....	166
130-b – O recurso de terceiro prejudicado .....	167

## Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito .....	172
132 – Funções .....	172
133 – Natureza .....	173
134 – Ministério Público como parte .....	173
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	174
136 – Ausência do Ministério Público no processo .....	175
137 – Órgãos do Ministério Público .....	175
138 – Princípios e garantias .....	175

## Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência	
139 – Conceito .....	178
140 – Distribuição da competência .....	178
141 – Classificação da competência .....	179

§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais .....	181
143 – Espécies de competência internacional .....	181
144 – Competência concorrente e litispendência .....	181

§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais .....	184
146 – Competência em matéria civil .....	185
147 – Competência da Justiça Federal .....	185
148 – Competência das Justiças Estaduais .....	186

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades .....	189
150 – Competência do foro e competência do juiz .....	190
151 – Divisão da competência do foro .....	190
152 – Cumulatividade de juízos competentes .....	190
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	190

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa .....	193
155 – Competência em razão da matéria .....	193

§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito .....	195
157 – Classificação .....	195

§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito .....	197
159 – Foro comum .....	197
160 – Foros subsidiários ou supletivos .....	198

161 – Foros especiais .....	198
162 – Ações reais imobiliárias .....	198
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência .....	199
164 – Foro da União e dos Territórios Federais .....	200
165 – Foros <i>ratione personae</i> .....	201
166 – Foro das pessoas jurídicas .....	202
166-a – Foro dos Estados e Municípios .....	202
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações .....	203
168 – Foro relativo à arbitragem .....	203
168-a – Foro do idoso .....	204

### § 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa .....	206
170 – Prorrogação de competência .....	207
171 – Prorrogação legal .....	207
172 – Efeito prático .....	208
173 – Prevenção .....	209
174 – Outros casos de prorrogação legal .....	210
175 – Conexão entre ação penal e ação civil .....	211
176 – Prorrogação voluntária .....	212
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública .....	214
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão .....	214

### § 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência .....	217
178 – Exceção de incompetência .....	217
179 – Incompetência absoluta .....	218
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão) .....	218

### § 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais .....	221
181 – Procedimento do conflito .....	222
182 – Efeitos do conflito .....	223

## Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

### § 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro .....	226
184 – Duplo grau de jurisdição .....	228
185 – Jurisdição extraordinária .....	228
186 – Competência .....	229
187 – Disciplina da magistratura .....	229

### § 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juízes .....	231
189 – Requisitos de atuação do juiz .....	231
190 – Garantias da magistratura .....	232
191 – Poderes e deveres do juiz .....	232
191-a – Atividade criativa do juiz .....	234
192 – Responsabilidade do juiz .....	235
193 – Garantia de imparcialidade do juiz .....	235
194 – Casuísmo legal .....	235
194-a – Juiz testemunha .....	236
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido .....	237

§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo .....	239
197 – Escrivão .....	239
198 – Oficial de justiça .....	240
199 – Perito .....	241
200 – Depositário e administrador .....	241
201 – Intérprete .....	242
202 – Outros auxiliares eventuais .....	242

### Parte III – Atos Processuais

#### Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito .....	248
204 – Agentes .....	249
205 – Atos do processo e atos do procedimento .....	249
206 – Classificação dos atos processuais .....	250
207 – Forma dos atos processuais .....	251
208 – Publicidade .....	252
209 – Meios de expressão .....	253
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados .....	253
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil .....	254

§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação .....	258
211 – Eficácia dos atos das partes .....	259
212 – Petições e autos suplementares .....	259
213 – Cotas marginais e lineares nos autos .....	259

§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz .....	261
215 – Atos decisórios .....	261
216 – Definições legais .....	261
217 – Decisão interlocutória .....	262
218 – Despachos .....	263
219 – Sentença .....	264
220 – Atos não-decisórios .....	265
221 – Forma dos atos decisórios .....	266

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais .....	268
223 – Autuação .....	269
224 – Termos processuais .....	269
225 – Forma dos termos .....	269

#### Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo .....	272
227 – Feriados e férias forenses .....	273
228 – O lugar .....	275

§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais .....	277
230 – Classificação .....	277
231 – Natureza dos prazos .....	278
232 – O curso dos prazos .....	278
233 – Contagem dos prazos: termo inicial .....	280
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico .....	282
234 – Prazos para recurso .....	283
234-a – Ciência inequívoca .....	284
235 – Termo final .....	285
236 – Preclusão .....	286
237 – Prazos para as partes .....	286
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares .....	287
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública .....	287
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários .....	288
241 – Inobservância de prazo da parte .....	288
242 – Inobservância dos prazos do juiz .....	289

## Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual .....	292
244 – Forma dos atos de comunicação .....	292
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo .....	292
246 – Requisitos das cartas .....	292
247 – Cumprimento das cartas .....	293
248 – Cartas urgentes .....	294
249 – Custas nas cartas .....	294
250 – Cartas rogatórias .....	294
§ 43 – Citação	
251 – Conceito .....	296
252 – Suprimento da citação .....	296
253 – Destinatário da citação inicial .....	297
254 – Local da citação .....	298
255 – Impedimento legal de realização da citação .....	298
256 – Modos de realizar a citação .....	298
257 – Citação por oficial de justiça .....	298
258 – Citação com hora certa .....	300
259 – Citação pelo Correio .....	301
260 – Citação por edital .....	302
260-a – Citação por meio eletrônico .....	303
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital .....	304
262 – Efeitos da citação .....	304
263 – Prevenção .....	304
264 – Litispendência .....	304
265 – Litigiosidade .....	305
266 – Mora .....	305
267 – Prescrição .....	305
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição .....	305
§ 44 – Intimações	
269 – Conceito .....	308
270 – Forma .....	308

271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça .....	309
272 – Aperfeiçoamento da intimação .....	310
273 – Intimação em audiência .....	312
274 – Intimação por edital ou com hora certa .....	312
275 – Efeitos da intimação .....	312
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público .....	312

## Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias .....	316
277 – Registro .....	316
278 – Distribuição .....	316
279 – Distribuição por dependência .....	317
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual .....	318
280 – Valor da causa .....	319
281 – Impugnação ao valor da causa .....	320

## Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito .....	324
283 – Espécies de vícios do ato processual .....	324
284 – Atos inexistentes .....	324
284-a – Noção de nulidade .....	325
285 – Atos absolutamente nulos .....	325
286 – Atos relativamente nulos .....	326
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual .....	326
288 – Sistema de nulidade do Código .....	327
289 – Nulidades cominadas pelo Código .....	328
290 – Nulidades da citação e intimação .....	329
291 – Arguição das nulidades .....	329
292 – Momento da arguição .....	329
293 – Decretação de nulidade .....	330
294 – Efeitos da decretação .....	330

## Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

### Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais .....	336
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo .....	338
297 – Sujeitos da relação jurídica processual .....	338
298 – Início do processo .....	340
299 – Formação gradual da relação processual .....	340
300 – Estabilização do processo .....	341
301 – Alteração do pedido .....	341
302 – Alterações subjetivas .....	341

§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito .....	344
304 – Os casos de suspensão do processo .....	344
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual .....	345
306 – Suspensão por convenção das partes .....	346
307 – Suspensão em razão de exceção .....	346
308 – Suspensão por prejudicialidade .....	346
309 – Prejudicialidade e conexão .....	347
310 – Suspensão por motivo de força maior .....	348
311 – Outros casos legais de suspensão .....	348
312 – Férias e suspensão do processo .....	349
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual .....	351
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito .....	351
315 – Indeferimento da inicial .....	352
316 – Abandono da causa .....	352
317 – Ausência de pressupostos processuais .....	353
318 – Perempção .....	354
319 – Litispendência e coisa julgada .....	354
320 – Condições da ação .....	355
321 – Convenção de arbitragem .....	356
322 – Desistência da ação .....	356
323 – Intransmissibilidade da ação .....	357
324 – Confusão entre autor e réu .....	358
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito .....	358
326 – Iniciativa da extinção do processo .....	358
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível .....	358
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito .....	361
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido .....	362
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu .....	362
330 – Transação .....	363
330-a – Retratção e rescisão de transação .....	363
331 – Prescrição e decadência .....	364
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação .....	365
332 – Renúncia ao direito .....	366

### Processo de Conhecimento

#### Parte V – Processo e Procedimento

#### Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo .....	374
334 – Procedimento .....	374
335 – Procedimentos no processo de cognição .....	374
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária ..	375
337 – Esquema do procedimento ordinário .....	376
338 – Fases do procedimento ordinário .....	376

339 – Fase postulatória .....	377
340 – Fase saneadora .....	377
341 – Fase instrutória .....	377
342 – Fase decisória .....	378
342-a – Adequação do Procedimento.....	378

#### § 53 – Procedimento Sumário

343 – Causas de rito sumário.....	382
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário .....	382
344 – Outras causas de procedimento sumário .....	385
345 – Indisponibilidade do rito sumário.....	385
346 – O procedimento .....	386
347 – A petição inicial e seu despacho .....	387
348 – A citação e a resposta do réu .....	387
349 – Audiência de conciliação .....	389
349-a – Audiência de instrução e julgamento .....	391
350 – Revelia .....	391
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.....	392
352 – Direito intertemporal .....	392

### Parte VI – Procedimento Ordinário

#### Capítulo XVI – Fase de Postulação

##### § 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial .....	398
354 – Requisitos da petição inicial.....	398
355 – Despacho da petição inicial .....	400
356 – Casos de indeferimento da petição inicial .....	401
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição .....	402
357 – Extensão do indeferimento.....	405
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial .....	406
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i> .....	407
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa .....	408
358 – Efeitos do despacho da petição inicial .....	408

##### § 55 – O Pedido

359 – Petição inicial .....	410
360 – Pedido .....	410
361 – Requisitos do pedido .....	410
362 – Pedido concludente .....	411
363 – Pedido genérico .....	411
364 – Pedido cominatório .....	412
365 – Pedido alternativo .....	413
366 – Pedidos sucessivos.....	413
367 – Pedido de prestações periódicas .....	413
368 – Pedido de prestação indivisível.....	414
369 – Pedidos cumulados .....	414
370 – Espécies de cumulação de pedidos .....	415
371 – Interpretação do pedido.....	416
372 – Aditamento do pedido .....	416
372-a – Modificação do pedido .....	417
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento.....	417
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias .....	420

372-d – A efetivação da tutela antecipada .....	422
372-e – Tutela antecipada parcial.....	423
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu .....	426
374 – A resposta do réu .....	426
375 – Espécies de defesa .....	426
376 – Defesa processual .....	427
377 – Defesa de mérito .....	428
378 – Reconvenção .....	428
379 – Síntese .....	428
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito.....	431
381 – Conteúdo e forma da contestação.....	431
382 – Ônus da defesa especificada.....	432
383 – Preliminares da contestação.....	433
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares .....	434
385 – Réplica ou impugnação do autor .....	435
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito.....	437
387 – Prazo .....	437
388 – Efeito da exceção .....	438
389 – Exceção de incompetência. Cabimento.....	438
390 – Procedimento .....	439
391 – Exceções de impedimento e de suspeição .....	440
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito.....	445
393 – Pressupostos da reconvenção .....	445
394 – Procedimento .....	447
394-a – Reconvenção sem contestação.....	449
395 – Extinção do processo principal.....	449
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia.....	451
397 – Os efeitos da revelia .....	452
398 – Alteração do pedido .....	453
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	454

## Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.....	456
401 – Réplica do autor .....	456
402 – Revelia e provas .....	457
403 – Intervenção do Ministério Público .....	457
404 – Ação declaratória incidental.....	457
405 – Outras providências preliminares .....	459
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	461
407 – Extinção do processo.....	461
408 – Julgamento antecipado da lide .....	462

408-a – Audiência preliminar .....	463
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador .....	468
410 – Cabimento .....	468
411 – Conteúdo .....	469
412 – Efeito preclusivo .....	469
413 – Formas do despacho saneador .....	470
Capítulo XVIII – Fase Probatória	
§ 64 – A Prova	
414 – Conceito .....	472
415 – Características da prova .....	473
416 – Objeto da prova .....	473
417 – Finalidade e destinatário da prova .....	474
418 – Valoração da prova .....	475
419 – O sistema do Código .....	476
420 – Poder de instrução do juiz .....	476
421 – Ônus da prova .....	478
422 – Sistema legal do ônus da prova .....	478
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor .....	479
422-b – Ônus da prova nas ações do consumidor .....	480
423 – Convenção sobre ônus da prova .....	481
424 – Meios de prova .....	481
424-a – Prova por presunção .....	482
425 – Procedimento probatório .....	482
426 – Instrução através de carta .....	483
427 – Dever de colaboração com a Justiça .....	484
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito .....	487
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal .....	487
430 – Legitimação para o depoimento .....	487
431 – Objeto do depoimento pessoal .....	488
432 – Procedimento .....	488
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito .....	491
434 – Requisitos da confissão .....	491
435 – Classificações .....	492
436 – Efeitos da confissão .....	492
437 – Indivisibilidade da confissão .....	493
438 – Valor da confissão extrajudicial .....	494
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito .....	496
440 – Oportunidade da medida .....	496
441 – Legitimação .....	496
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte .....	497
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro .....	498
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito .....	503
445 – Força probante dos documentos .....	503

446 – Documentos públicos .....	504
447 – Documentos particulares .....	506
448 – Valor probante do documento particular .....	507
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos .....	508
450 – Livros comerciais .....	509
451 – Reprodução de documentos particulares .....	510
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos .....	511
453 – Documentos viciados em sua forma .....	512
454 – Falsidade documental .....	512
455 – Espécies de falsidade .....	513
456 – Ônus da prova .....	514
457 – O incidente de falsidade .....	515
458 – Procedimento do incidente de falsidade .....	515
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade .....	517
459 – Produção da prova documental .....	517
460 – Desentranhamento de documentos .....	519
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito .....	522
462 – Valor probante das testemunhas .....	522
463 – Direitos e deveres da testemunha .....	524
464 – A produção da prova testemunhal .....	527
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) .....	531
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito .....	533
466 – Admissibilidade da perícia .....	534
467 – O perito .....	535
468 – O procedimento da prova pericial .....	536
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico .....	539
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial .....	539
469 – Valor probante da perícia .....	539
470 – Nova perícia .....	541
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito .....	543
472 – Procedimento .....	543
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência .....	546
474 – Características da audiência .....	546
475 – Atos preparatórios .....	548
476 – Adiamento da audiência .....	548
477 – Antecipação de audiência .....	550
478 – Conciliação .....	550
479 – Procedimento da conciliação .....	552
480 – Instrução e julgamento .....	552
481 – Documentação da audiência .....	554
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo .....	558

483 – Conteúdo e finalidade do processo.....	558
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária .....	561
485 – Natureza da sentença definitiva.....	562
486 – Função da sentença definitiva .....	563
486-a – Função da sentença terminativa .....	563
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença .....	566
488 – Relatório .....	566
489 – Motivação.....	567
490 – Dispositivo da sentença.....	568
491 – Condições formais da sentença .....	568
492 – Clareza .....	568
493 – Precisão .....	569
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer ..	570
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa .....	572
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa .....	573
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida .....	573
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência .....	574
494 – Publicação e intimação da sentença .....	574
495 – Efeitos da publicação .....	575
496 – Correção e integração da sentença .....	576
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	577
496-b – Interpretação da sentença .....	578
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações .....	582
498 – Sentenças declaratórias .....	583
499 – Sentenças condenatórias .....	583
500 – Sentença constitutiva .....	584
501 – Momento de eficácia da sentença.....	584
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença .....	585
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito .....	587
504 – Entrega da prestação jurisdicional .....	587
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos .....	587
505 – Hipoteca judiciária .....	589
506 – Outros efeitos secundários da sentença.....	589
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código.....	592
507-a – Coisa julgada administrativa .....	593
507-b – Coisa julgada total e parcial .....	593
508 – Coisa julgada formal e material.....	595
508-a – Terminologia do julgamento de mérito .....	597
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada .....	598
510 – Arguição da coisa julgada .....	599
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada .....	599
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada .....	600
511 – Preclusão .....	601

§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos .....	604
513 – Motivos da sentença .....	605
514 – Verdade dos fatos .....	608
515 – Questões prejudiciais .....	608
516 – Questões implicitamente resolvidas .....	609
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada .....	610
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário) .....	612
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário ...	614
518 – Limites subjetivos .....	616
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas .....	617
519 – Causas de estado .....	619
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejulgamentos .....	619
520-a – Limites temporais da coisa julgada .....	620
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso .....	620
521 – Execução forçada e coisa julgada .....	622

## Parte VII – Recursos

### Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito .....	628
523 – Fundamento do direito de recurso .....	629
524 – Atos sujeitos a recurso .....	629
525 – Recursos admissíveis .....	630
525-a – Reclamação .....	631
526 – Correição parcial .....	632
526-a – A técnica de julgamento dos recursos .....	633
526-b – <i>Reformatio in pejus</i> .....	634

### § 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição .....	636
528 – Legitimação para recorrer .....	636
528-a – Particularidades do recurso de terceiro .....	637
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer .....	638
530 – Pressupostos objetivos do recurso .....	638
531 – Recorribilidade da decisão .....	638
532 – Tempestividade .....	639
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado .....	641
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso .....	642
534 – Singularidade do recurso .....	643
535 – Adequação do recurso .....	643
536 – Preparo .....	644
537 – Motivação e forma .....	645
537-a – Efeitos do recurso .....	645
537-b – Efeito substitutivo .....	646
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos .....	646
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença .....	647
540 – Recurso adesivo .....	648
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau .....	649
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator .....	650

## § 82 – A Apelação

541 – Conceito .....	654
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal .....	655
542 – Interposição da apelação .....	657
543 – Efeitos da apelação .....	658
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação ...	661
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito .....	662
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 .....	662
543-a-3 – Prescrição e decadência .....	665
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo .....	665
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação	666
544 – Recebimento da apelação .....	667
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF .....	668
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida .....	669
545 – Deserção .....	669
546 – Prazo para interposição da apelação .....	670
547 – Julgamento em segunda instância .....	671

## § 83 – Agravo

548 – Conceito .....	674
549 – Espécies de agravo .....	674
550 – Agravo retido .....	675
550-a – Agravo retido interposto oralmente .....	676
550-b – Juízo de retratação no agravo retido .....	677
550-c – Agravo retido após a sentença .....	677
551 – Agravo de instrumento .....	678
551-a – Formação do instrumento do agravo .....	680
552 – Efeitos do agravo de instrumento .....	681
553 – Processamento do agravo de instrumento .....	682
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nº 10.352/2001 e 11.187/2005 .....	684
554 – O contraditório .....	685
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento .....	686
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo .....	687

## § 84 – Embargos Infringentes

555 – Conceito .....	691
556 – Processamento .....	692
557 – Embargos adesivos .....	693
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes .....	693
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes ...	694
557-c – Legitimação para embargar .....	695

## § 85 – Embargos de Declaração

558 – Conceito .....	698
559 – Pressupostos dos embargos de declaração .....	698
560 – Procedimento .....	699
561 – Efeito interruptivo .....	699
561-a – Efeito suspensivo .....	700
562 – Embargos manifestamente protelatórios .....	700

## § 86 – Uniformização da Jurisprudência

563 – Recurso de revista .....	705
564 – Uniformização da jurisprudência .....	705

565 – Pressupostos do incidente .....	705
566 – Legitimação para a provocação do incidente .....	706
567 – Apreciação do incidente .....	706
568 – Súmula jurisprudencial .....	707
568-a – Súmula vinculante .....	707
568-b – Regulamentação da súmula vinculante .....	708
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito .....	713
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal .....	713
571 – Recurso extraordinário .....	714
572 – Pressupostos do recurso extraordinário .....	714
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário .....	717
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral .....	716
572-c – Procedimento no STF .....	716
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral .....	717
573 – Função do recurso extraordinário .....	717
574 – Efeitos do recurso extraordinário .....	718
575 – Processamento do recurso extraordinário .....	718
575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial .....	720
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 ...	720
576 – Poderes do Relator .....	721
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça .....	722
576-b – Recurso especial .....	723
576-b-1 – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial .....	727
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial .....	728
576-d – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça .....	729
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça .....	730
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal .....	731
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ .....	732
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido .....	733
576-i – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal .....	735
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código .....	740
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos .....	740

## Parte VIII – O Processo nos Tribunais

### Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição .....	746
580 – Competência dos tribunais .....	746
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais .....	746
582 – Casos de competência originária dos tribunais .....	747
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil .....	749
584 – O funcionamento dos tribunais .....	749
585 – O sistema de julgamento dos tribunais .....	750

585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	752
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal .....	753
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira.....	757
587 – O sistema nacional.....	757
588 – A homologação da sentença estrangeira.....	757
589 – Natureza da decisão homologatória .....	759
590 – O procedimento .....	760
591 – A execução.....	760
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	762
593 – Regulamentação legal .....	762
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	763
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade .....	763
596 – Iniciativa de arguição.....	763
597 – Momento da arguição.....	763
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente .....	764
599 – O julgamento da arguição .....	764
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito.....	768
601 – Pressupostos .....	769
602 – Casos de admissibilidade da rescisória .....	772
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) .....	772
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II).....	773
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III) .....	774
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III).....	774
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) .....	775
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) .....	775
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) .....	776
610 – Documento novo (art. 485, VII) .....	777
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) .....	778
612 – Erro de fato (art. 485, IX) .....	779
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória .....	779
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso .....	781
614 – Legitimação .....	782
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	783
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa.....	783
617 – A execução da sentença rescindenda .....	784
618 – Indeferimento da inicial .....	785
619 – Procedimento .....	785
620 – Natureza e conteúdo da decisão.....	786
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé .....	787
621 – Rescisória de rescisória .....	790
622 – Prazo de propositura da ação rescisória .....	790
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente .....	792
623 – Sentença nula de pleno direito .....	796
Bibliografia .....	801
Índice Onomástico.....	811
Índice Alfabético de Assuntos .....	815
Índice dos Fluxogramas .....	841

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação da 47ª edição..... XXIX

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença  
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução .....	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo .....	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica .....	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno .....	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias .....	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro .....	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 .....	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	11
633 – Conclusões .....	12
634 – Direito intertemporal .....	14
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	16
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	18
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória .....	19
636-a-I – Tutela interdital como padrão .....	22
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor .....	22
636-c – Sucumbência .....	23

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	25
638 – Execução específica e execução substitutiva .....	26
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica .....	27
639-a – Tutela substitutiva .....	28
639-b – Defesa do executado .....	29
639-c – Medidas de apoio .....	30
639-d – A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	31

639-e – Execução da multa .....	34
639-f – Obrigações de não fazer .....	36
639-g – Encerramento do processo .....	36
§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade	
640 – Execução das prestações de declaração de vontade .....	38
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	39
640-b – A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	41
640-c – Natureza jurídica da sentença.....	41
<b>Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa</b>	
§ 98 – Noções Introdutórias	
641 – Noção de obrigação de dar (entrega de coisa) .....	43
641-a – Execução específica e execução substitutiva .....	43
§ 99 – Técnica Processual	
642 – Procedimento pós-sentença .....	45
643 – Tutela substitutiva .....	45
644 – Multa e outras medidas de apoio .....	46
645 – Obrigação genérica .....	46
646 – Retenção por benfeitorias .....	47
<b>Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa</b>	
§ 100 – Noções Introdutórias	
647 – Noção de obrigação por quantia certa .....	49
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	49
649 – Multa legal .....	50
649-a – Jurisprudência em torno do artigo 475-J .....	51
§ 101 – Técnica Processual	
650 – Requerimento do credor .....	53
651 – O procedimento executivo .....	53
§ 102 – Defesa do Devedor	
652 – Impugnação do executado .....	55
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença ....	56
653-a – O cumprimento da sentença e a prescrição .....	62
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz .....	63
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução .....	63
655-a – O problema da iliquidez da sentença .....	64
656 – Procedimento da impugnação .....	65
657 – Efeito da impugnação .....	65
658 – Instrução probatória .....	65
659 – Julgamento da impugnação .....	65
659-a – Coisa julgada .....	66
<b>Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos</b>	
§ 103 – Enumeração Legal	
660 – Noções introdutórias .....	69

660-a – Medidas preparatórias .....	70
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira .....	70
660-c – Encerramento da execução de sentença .....	71
§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil .....	72
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	74
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito .....	76
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento .....	78
664 – Pensionamento em salários mínimos .....	78
665 – Sentença penal condenatória .....	79
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação .....	80
667 – Homologação de acordo extrajudicial .....	81
668 – Sentença arbitral .....	82
669 – Sentença estrangeira .....	82
670 – O formal de partilha .....	83
§ 105 – Particularidades de alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas .....	84
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	84
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo .....	86
673 – Julgamento fracionado da lide .....	86
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias .....	88
675 – Fundamentos da execução provisória .....	88
676 – Execução de título extrajudicial embargada .....	89
677 – Situação do tema no Código .....	89
678 – Normas básicas da execução provisória .....	90
678-a – Incidentes da execução provisória .....	93
678-b – Processamento da execução provisória .....	93
678-c – Execução provisória por quantia certa .....	93
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	94
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	94
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa .....	95
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral .....	95
679-d – Competência para execução civil da sentença penal .....	95
679-e – Competência internacional .....	96

## Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida .....	97
681 – Execução da sentença ilíquida .....	97
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais .....	98
682 – Casos de iliquidez da sentença .....	99
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	99
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios .....	100
682-c – Limites da liquidação .....	101
682-d – Contraditório .....	102
682-e – Liquez parcial da sentença .....	102

682-f – Liquidação por iniciativa do vencido.....	102
682-g – Recursos .....	103
682-h – Liquidação frustrada .....	103
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis.....	105
683-a – Liquidação por cálculo.....	105
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	106
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva.....	106
683-d – Liquidação por arbitramento .....	107
683-e – Liquidação por artigos.....	108
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação.....	109
683-g – Rescisão da decisão liquidatória.....	110
683-h – Direito intertemporal.....	111

## Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

### Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução .....	115
685 – O processo judicial .....	116
686 – Processo de conhecimento e processo de execução.....	116
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento .....	117
686-b – Visão unitária da jurisdição.....	118
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada.....	118
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	119
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos .....	120
686-f – Meios de execução.....	120
686-g – Autonomia do processo de execução.....	121
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução .....	122
686-i – Novos rumos da execução de sentença .....	123
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial .....	123
686-l – Direito intertemporal.....	126
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução .....	128
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real.....	129
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor .....	129
687-c – Princípio da utilidade da execução .....	129
687-d – Princípio da economia da execução .....	130
687-e – Princípio da especificidade da execução .....	130
687-f – Princípio dos ônus da execução .....	130
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana.....	131
687-h – Princípio da disponibilidade da execução.....	131
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo .....	132
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução .....	133
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução.....	135

688-a – Execução singular e execução coletiva .....	135
689 – Atos de execução.....	136
690 – Relação processual executiva .....	137
691 – A citação executiva.....	138
§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada.....	139
692-a – Observações sobre a petição inicial .....	140
692-b – Execução provisória de título extrajudicial.....	140
§ 114 – Disposições Gerais	
693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento .....	143
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça .....	143

### Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar qualquer Execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação.....	147
696 – O título executivo .....	148
696-a – Função do título executivo .....	148
696-b – Efeito prático do título executivo .....	149
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	150
696-d – Formas dos títulos executivos .....	151
697 – O inadimplemento do devedor .....	152
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral .....	153

### Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo .....	155

### Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa	
699 – Nomenclatura .....	157
700 – Legitimação ativa .....	157
701 – Legitimação ativa originária do credor.....	158
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	158
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	158
704 – Espólio .....	159
705 – Herdeiros e sucessores.....	160
706 – Cessionário .....	160
707 – Sub-rogado .....	161
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	162
709 – Terceiros interessados .....	162
§ 118 – Legitimação Passiva	
710 – Legitimação passiva.....	163
711 – Dívida e responsabilidade.....	163
712 – O devedor.....	164
713 – Espólio e sucessores .....	165

XII	Curso de Direito Processual Civil	HTJ
714 – O novo devedor.....		166
715 – Fiador judicial.....		167
715-a – Fiador extrajudicial.....		168
716 – Responsável tributário.....		169
717 – Revelia do devedor e curador especial.....		172
§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução		
718 – Litisconsórcio.....		173
719 – Assistência.....		174
720 – Denúnciação da lide.....		174
721 – Chamamento ao processo.....		175
§ 120 – Processo Cumulativo		
722 – Cumulação de execuções.....		177
722-a – Cúmulo subjetivo.....		178
<b>Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)</b>		
§ 121 – O Órgão Judicial		
723 – Juízo competente para a execução.....		181
723-a – Execução de sentença.....		181
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais.....		182
723-c – Competência para a execução fiscal.....		183
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro.....		183
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos.....		183
<b>Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)</b>		
§ 122 – Objeto da Atividade Executiva		
724 – Bens exequíveis.....		185
724-a – Resquícios da execução pessoal.....		185
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial		
725 – Obrigação e responsabilidade.....		187
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....		188
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....		189
728 – Responsabilidade executiva secundária.....		189
729 – Excussão de bens do sucessor singular.....		190
730 – Excussão de bens do sócio.....		191
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica.....		192
732 – Bens do devedor em poder de terceiros.....		193
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação.....		193
734 – Bens alienados em fraude de execução.....		194
735 – Casos de fraude de execução.....		195
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor.....		197
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução.....		199
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução.....		200
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção.....		201
738 – Excussão de bens do fiador.....		202
739 – Bens de espólio.....		202

**Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)**

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva.....	203
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	204
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação .....	205
743 – Títulos cambiários e cambiariformes.....	206
744 – Duplicatas.....	206
745 – Responsáveis cambiários .....	207
746 – Documento público ou particular .....	208
747 – Confissões de dívida .....	208
747-a – Contrato de abertura de crédito .....	209
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução .....	210
748-a – Execução hipotecária .....	212
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel .....	214
749 – Classificação das garantias .....	214
750 – Seguros .....	215
751 – Rendas imobiliárias.....	216
752 – Encargo de condomínio.....	216
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários .....	217
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública .....	217
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	220
756 – Títulos executivos definidos em outras leis.....	221
757 – Títulos estrangeiros .....	222

**Capítulo XXXV – Disposições Gerais**

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil .....	223
759 – Direito de preferência gerado pela penhora.....	223
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	225
760 – A documentação da petição inicial.....	225
761 – Outras providências a cargo do credor.....	226
762 – Obrigações alternativas.....	226
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto .....	227
764 – Medidas acautelatórias.....	227
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	227
764-b – Efeito da averbação.....	228
764-c – Abuso do direito de averbação .....	228
765 – Dívida sujeita à contraprestação .....	229
766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída .....	229
767 – Execução e prescrição .....	230
768 – Nulidades no processo de execução.....	231
769 – Imperfeição do título executivo .....	231
770 – Falta de título executivo.....	231
771 – Nulidade da execução fiscal .....	232
772 – Vício da citação.....	232
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	233
774 – A arguição das nulidades.....	234
775 – A arrematação de bem gravado com direito real .....	234

775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor .....	235
776 – Execução realizável por vários meios .....	236
776-a – Peculiaridades da citação executiva.....	237

### Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito .....	239
778 – Entrega de coisa certa .....	240
779 – Procedimento .....	240
779-a – Cominação de multa diária .....	241
780 – Efeito dos embargos.....	242
781 – Alienação da coisa devida.....	242
782 – Execução da obrigação substitutiva .....	243
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	243
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	244
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) .....	245
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa .....	245
784-c – Embargos de retenção .....	246
785 – Execução para entrega de coisa incerta .....	246
786 – Medidas de coerção e apoio .....	247

### Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato .....	251
788 – Fungibilidade das prestações .....	252
789 – Astreinte: a multa como meio de coação.....	252
790 – Distinções preliminares .....	254
791 – Princípios comuns .....	254
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444.....	255
793 – Execução das prestações fungíveis .....	255
794 – Realização da prestação fungível por terceiro .....	256
795 – Inadimplência do terceiro contratante .....	257
796 – Realização da prestação pelo próprio credor.....	257
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC ...	258
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil.....	259
798 – Execução das prestações infungíveis .....	260
799 – Execução das obrigações de não fazer.....	260
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias .....	260

### Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa .....	265
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	266
803 – Espécies .....	267

### Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	269

805 – Proposição .....	269
805-a – Procedimento da penhora e avaliação .....	271
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado .....	272
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial .....	272
806-b – Redução da verba honorária .....	274

### Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa .....	275
808 – Natureza jurídica da penhora .....	276
809 – Função da penhora .....	277
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	278
811 – Penhora de imóvel .....	280
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário .....	282
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução .....	283
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	285
814 – Bens absolutamente impenhoráveis .....	286
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade .....	291
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família .....	292
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal .....	293
815 – Bens relativamente impenhoráveis .....	294
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil .....	295
817 – Limites da penhora .....	297
817-a – Valor dos bens penhoráveis .....	298
818 – Escolha dos bens a penhorar .....	298
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	299
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes .....	300
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor .....	300
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	301
820-c – Situação dos bens a penhorar .....	302
821 – Bens fora da comarca .....	302
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça .....	303
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro .....	304
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	304
822-c – Frustração da diligência .....	304
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial .....	304
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão .....	305
825 – Intimação de penhora .....	306
§ 134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens .....	308
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	308
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário .....	309
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada .....	310
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento .....	312
826-e – Penhora on-line e preservação do capital de giro da empresa .....	312
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não devedor .....	314

827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais .....	314
828 – Penhora de direitos e ações .....	315
829 – Penhora sobre créditos do executado.....	315
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.....	316
830-a – Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente .....	317
831 – Penhora no rosto dos autos .....	317
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	317
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos.....	318
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público .....	319
835 – Penhora de navio ou aeronave.....	319
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens .....	320

#### § 135 – Alterações e Resgate da Penhora

837 – Modificações da penhora .....	321
837-a – Substituição da penhora.....	322
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	323
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	323
837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição .....	324
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	324
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro .....	325
838 – Remição da execução por quantia certa .....	325

#### § 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados

839 – Depósito dos bens penhorados.....	327
840 – Escolha do depositário.....	327
840-a – Depósito dos bens imóveis .....	328
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	328
840-c – Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos .....	328
841 – Função do depositário .....	329
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados .....	329
843 – Depositário comum e depositário administrador .....	330
844 – Responsabilidade do depositário .....	330
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva.....	330
846 – Prisão civil do depositário judicial.....	331

### Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

#### § 137 – Expropriação

847 – Conceito.....	333
848 – Avaliação.....	334
848-a – O encarregado da avaliação.....	335
848-b – Laudo de avaliação .....	335
848-c – Dispensa da avaliação .....	336
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	336
848-e – Avaliação e contraditório.....	337
848-f – Repetição da avaliação .....	337
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	338

#### § 138 – Adjudicação

849 – Introdução.....	340
850 – Conceito de adjudicação .....	340
851 – Requisitos da adjudicação .....	341
851-a – Depósito do preço .....	342

851-b – Legitimação para adjudicar .....	342
851-c – Adjudicação por credor.....	343
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado .....	344
851-e – Prazo para a adjudicação.....	344
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	345
853 – Auto de adjudicação .....	346
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação.....	347
853-b – Carta de adjudicação .....	347
§ 139 – Alienação por Iniciativa Particular	
854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular .....	348
855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	349
856 – Carta de alienação.....	350
§ 140 – Alienação em Hasta Pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação .....	351
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	352
859 – Leilão e praça .....	353
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública.....	353
861 – Intimação do devedor .....	354
861-a – Outras intimações .....	355
862 – Adiamento da hasta pública.....	356
863 – A hasta pública.....	356
864 – Legitimação para arrematar .....	357
865 – Forma de pagamento da arrematação .....	358
866 – Auto de arrematação.....	359
867 – Arrematação de imóveis.....	360
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	361
867-b – Requisitos mínimos da proposta .....	361
867-c – O cumprimento das prestações.....	361
868 – Perda de eficácia da arrematação.....	361
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	365
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	365
871 – Carta de arrematação.....	366
872 – Efeitos da arrematação .....	368
873 – Evicção e arrematação .....	368
874 – Vícios redibitórios.....	369
875 – Ação anulatória da arrematação.....	370
876 – Remição dos bens arrematados .....	371

## Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor.....	373
877-a – Última etapa do processo de execução .....	374
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro.....	375
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução .....	375
879-a – O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado ..	376
880 – Procedimento do concurso particular .....	377

§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel.....	379
882 – Efeitos do usufruto judicial.....	381

### Capítulo XLIII – Execução contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública .....	385
883-a – Julgamento .....	387
883-b – Sequestro de verbas públicas .....	388
884 – Exceções ao regime dos precatórios .....	389
884-a – Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais .....	390
884-b – Credores listisconsorciados .....	390
884-c – Possibilidade de fracionamento do precatório .....	391
884-d – Cessão e compensação no âmbito dos precatórios .....	392
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	393
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	393
887 – Execução provisória .....	394
888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	394
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	396
889 – Execução de obrigação de dar.....	397
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	397

### Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia .....	401
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005) .....	401
892 – Averbação em folha de pagamento .....	402
893 – Prisão civil do devedor .....	402
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos .....	403
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) .....	404
895-a – Execução provisória .....	405

### Parte XI – Oposição à Execução Forçada

#### Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução.....	407
896-a – Outros meios impugnativos .....	408
896-b – Embargos e impugnação .....	409
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução.....	412
897-a – Classificação dos embargos do devedor .....	412
898 – Legitimação .....	413
898-a – Autonomia dos embargos de cada coexecutado .....	414
899 – Competência .....	415
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	416
900-a – Segurança do juízo .....	418
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	419
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	420
901 – Rejeição liminar dos embargos.....	420

902 – Procedimento .....	423
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	424
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	425
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	426
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução .....	427
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	428
905-b – Embargos parciais.....	429
905-c – Embargos de um dos coexecutados.....	429
906 – Embargos fundados em excesso de execução .....	429
907 – Embargos à execução de sentença .....	430
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento .....	430
909 – Embargos de retenção por benfeitorias .....	431
910 – Embargos à execução de título extrajudicial.....	431
910-a – Arguição de nulidade da execução .....	432
910-b – Vícios da penhora e da avaliação.....	433
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	434
910-d – Retenção por benfeitorias.....	435
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento.....	436
911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	436
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	437
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746.....	438
911-c – Objeto dos embargos do art. 746 .....	439
911-d – A posição especial do arrematante .....	440
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746 .....	440
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados .....	441
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746 .....	441
912 – Exceção de pré-executividade.....	441
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	443
§ 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo .....	
913 – Moratória legal .....	445
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	445
913-b – Procedimento do incidente.....	446
913-c – Indeferimento do parcelamento.....	447
913-d – Descumprimento do parcelamento .....	447
§ 148 – Embargos de Terceiro .....	
914 – Conceito.....	448
915 – Legitimação ativa .....	448
916 – Legitimação passiva.....	449
917 – Valor da causa .....	449
918 – Competência .....	450
919 – Oportunidade.....	450
920 – Julgamento e recurso.....	450
921 – Procedimento .....	450
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	451
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	452

## Parte XII – Insolvência Civil

### Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal .....	
924 – Execução coletiva e execução singular .....	453



925 – Pressupostos da execução coletiva .....	454
926 – Efeitos da declaração de insolvência .....	456
927 – Características da execução coletiva .....	457
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	457
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....	459
930 – Caracterização da insolvência .....	460
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concurrais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação .....	462
932 – Insolvência requerida pelo credor .....	463
933 – Caráter facultativo da ação concursal .....	464
934 – Insolvência de cônjuges .....	464
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor .....	464
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor .....	466
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....	467
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência .....	470
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência .....	471
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa .....	473
941 – Atribuições do administrador .....	474
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos .....	475
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo .....	476
944 – Quadro geral de credores .....	477
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores .....	479
946 – Encerramento e suspensão do processo .....	480
947 – Saldo devedor .....	481
948 – Extinção das obrigações .....	481
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil .....	484
950 – Pensão para o devedor .....	484
951 – Insolvência de pessoas jurídicas .....	485
951-a – Editais .....	485

### Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

#### Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução .....	489

953 – Casos de suspensão.....	490
954 – Suspensão provocada por embargos.....	491
955 – Suspensão prevista no art. 265, nºs I a III.....	491
955-a – Suspensão por transação.....	492
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	492
957 – Efeitos da suspensão.....	494
958 – Extinção da execução.....	495
959 – Extinção por satisfação do direito do credor.....	495
960 – Extinção por remissão da dívida.....	495
961 – Extinção por renúncia.....	495
962 – Outros casos de extinção da execução.....	496
963 – Sentença de extinção.....	496
964 – Coisa julgada.....	498
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução.....	499
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes.....	499
967 – Casos de cabimento da apelação.....	500
968 – Casos de agravo de instrumento.....	500
969 – Efeitos dos recursos.....	501
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	501
970 – Causas de alçada.....	502

#### Parte XIV – Processo Cautelar

##### Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo.....	503
972 – Processo principal e processo cautelar.....	504
973 – A ação cautelar.....	505
974 – Medidas cautelares.....	505
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade.....	506
976 – Provisoriedade.....	507
977 – Revogabilidade.....	507
978 – Autonomia.....	508
979 – Classificação das medidas cautelares.....	509
980 – Classificação do direito positivo.....	509
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil.....	511
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas.....	511
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória.....	512
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar.....	514
984 – O <i>fumus boni iuris</i> .....	514
985 – <i>Periculum in mora</i> .....	515
986 – Oportunidade da providência cautelar.....	516
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i> .....	516
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i> .....	517
§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas.....	519

990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica .....	520
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas .....	520
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas .....	520
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica .....	521
994 – Opção entre medida típica e medida atípica .....	522
995 – Aplicação prática de medidas atípicas .....	522
996 – Limites do poder geral de cautela .....	523

### Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade .....	527
998 – Competência .....	528
999 – Competência e prevenção do juízo .....	528
1.000 – Competência cautelar em grau recursal .....	529
1.000-a – Intervenção de terceiros .....	531
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar .....	532
1.002 – Provas .....	532
1.003 – Instrução do processo cautelar .....	533
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar .....	534

### Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar .....	535
1.006 – Procedimentos cautelares .....	536
1.007 – Autuação própria .....	536
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares .....	536
1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual .....	538
§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial .....	539
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária .....	540
1.012 – Lide e seu fundamento .....	540
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão .....	541
1.014 – Provas a produzir .....	542
1.015 – O pedido .....	542
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido .....	542
§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido .....	544
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção .....	544
1.019 – Revelia .....	545
1.020 – Audiência de instrução e julgamento .....	545
§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> .....	546
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar .....	547
1.023 – Contracautela .....	548

**Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar**

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar .....	549
1.025 – Coisa julgada .....	549
1.026 – Limites da sentença .....	550
1.027 – Fundamentação .....	550
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios .....	550
§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar .....	553
1.030 – Figura unitária do processo cautelar .....	553
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução .....	554
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar .....	554

**Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares**

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares .....	557
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar .....	557
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva .....	558
1.036 – Procedimento .....	558
§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar .....	560
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal .....	560
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal .....	561
1.040 – Conclusão .....	561
1.041 – Suspensão do processo .....	562
§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar .....	563
1.043 – Processamento da extinção .....	563
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia .....	564
§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade .....	565
1.046 – Procedimento .....	566
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar .....	566

**Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar**

§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação .....	567
1.049 – Agravo .....	567
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial .....	568

**Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar**

§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente .....	569
1.052 – Liquidação e execução da indenização .....	570

**Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos**

§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito.....	571
1.054 – Arresto e sequestro.....	572
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto.....	572
1.056 – Prova de dívida líquida e certa.....	572
1.057 – Fundado receio de dano.....	573
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto.....	574
1.059 – Prova documental.....	574
1.060 – Justificação prévia.....	574
1.061 – Caução.....	575
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente.....	575
1.063 – Bens arrestáveis.....	576
1.064 – Legitimação para a ação de arresto.....	576
1.065 – Competência.....	577
1.066 – Procedimento.....	577
1.067 – Execução do arresto.....	578
1.068 – Depositário.....	578
1.069 – Suspensão da execução do arresto.....	579
1.070 – Efeitos do arresto.....	579
1.071 – Extinção do arresto.....	580
§ 179 – Sequestro	
1.072 – Conceito.....	582
1.073 – Ação de sequestro.....	582
1.074 – Procedimento.....	583
1.075 – Disciplina comum do arresto e do sequestro.....	583
1.076 – Cabimento do sequestro.....	583
1.077 – Objeto do sequestro.....	584
1.078 – Requisitos de admissibilidade do sequestro.....	584
1.079 – Casuísmo legal.....	585
1.080 – Receio de rixas e danificações.....	585
1.081 – Sequestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando.....	586
1.082 – Sequestro a propósito de ações matrimoniais.....	587
1.083 – Outras previsões legais de sequestro.....	587
1.084 – Execução e efeitos do sequestro.....	587
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito.....	590
1.086 – Classificação.....	590
1.087 – Cauções legais.....	591
1.088 – Cauções negociais.....	591
1.089 – Caução processual.....	591
1.090 – A ação de caução.....	591
1.091 – Objeto da caução.....	592
1.092 – Legitimação e competência.....	592
1.093 – Procedimento.....	593
1.094 – Cauções tipicamente cautelares.....	593
1.095 – Execução da sentença.....	594
1.096 – Caução às custas.....	594
1.097 – Reforço da caução.....	595

§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito.....	597
1.099 – Classificação.....	597
1.100 – Pressupostos.....	598
1.101 – Objeto.....	598
1.102 – Competência.....	599
1.103 – Procedimento.....	599
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais.....	600
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito.....	602
1.106 – Ação de exibição.....	602
1.107 – Classificação.....	603
1.108 – Exibição incidental.....	603
1.109 – Ação cautelar exhibitória.....	604
1.110 – Exibição de coisas móveis.....	604
1.111 – Exibição de documentos.....	604
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial.....	605
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte.....	606
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro.....	608
1.115 – Eficácia da exibição.....	609
1.116 – Prevenção de competência.....	609
1.117 – Ação exhibitória e medida liminar.....	609
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova.....	612
1.119 – Ação cautelar antecipatória.....	612
1.120 – Cabimento.....	613
1.121 – Oportunidade.....	615
1.122 – Objeto da antecipação de prova.....	615
1.123 – Competência.....	615
1.124 – Procedimento.....	616
1.125 – Sentença.....	616
1.126 – Valoração da prova antecipada.....	617
1.127 – Eficácia.....	617
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i> .....	617
1.129 – Despesas processuais.....	618
1.130 – Destino dos autos.....	618
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos.....	620
1.132 – Alimentos provisionais.....	620
1.133 – Cabimento e oportunidade.....	621
1.134 – Legitimação.....	622
1.135 – Competência.....	622
1.136 – Procedimento.....	622
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais.....	623
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais.....	624
1.139 – Outras ações de cunho alimentar.....	624
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos.....	625
1.141 – Execução.....	625

§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito .....	627
1.143 – Pressupostos .....	627
1.144 – Objetivo da medida .....	628
1.145 – Legitimação .....	628
1.146 – Procedimento .....	628
1.147 – O contraditório .....	629
1.148 – Sentença .....	630
1.149 – Eficácia .....	630
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito .....	632
1.151 – Natureza jurídica .....	632
1.152 – Objetivo .....	633
1.153 – Competência .....	633
1.154 – Procedimento .....	633
1.155 – Julgamento da justificação .....	634
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito .....	636
1.157 – Protesto .....	636
1.158 – Notificação .....	637
1.159 – Interpelação .....	637
1.160 – Indeferimento do pedido .....	638
1.161 – Contraprotesto .....	639
1.162 – Procedimento .....	639
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos .....	640
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação .....	642
1.165 – Natureza jurídica da medida processual .....	643
1.166 – Procedimento .....	643
1.167 – Sentença .....	644
1.168 – Execução .....	644
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito .....	647
1.170 – Natureza da ação .....	647
1.171 – Legitimação .....	648
1.172 – Procedimento .....	648
1.173 – Sentença .....	649
1.174 – Efeitos .....	650
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito .....	652
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil .....	652
1.177 – Cabimento .....	653
1.178 – Pressupostos do atentado .....	653
1.179 – Exame do casuísmo legal .....	653
1.180 – Legitimidade .....	655
1.181 – Competência .....	655
1.182 – Procedimento .....	655
1.183 – Sentença .....	656

1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo.....	657
1.184-a – Perdas e danos .....	657
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário.....	659
1.185-a – Procedimento .....	660
1.185-b – Registro do protesto .....	660
1.185-c – Dívidas do Oficial .....	660
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor.....	661
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art – 888 do CPC.....	665
1.186-a – Procedimento .....	665

### Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

#### Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material .....	667
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro .....	668
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade .....	669
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro .....	671
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência .....	673
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 .....	675
1.187-f – Conclusão .....	677
§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Introito .....	678
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela .....	680
1.188-b – Justificação da tutela antecipada .....	681
1.188-c – Conceito de tutela antecipada .....	682
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais.....	683
1.188-e – Casos de antecipação de tutela.....	685
1.188-e-1 – Contestação parcial .....	686
1.188-f – Extensão.....	686
1.188-g – Pressupostos .....	687
1.188-h – Outros pressupostos .....	688
1.188-i – Momento ou oportunidade.....	689
1.188-j – Provisoriamente.....	690
1.188-l – Reversibilidade.....	690
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público.....	691
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada .....	692
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada .....	694
1.188-p – Conclusão .....	694
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela.....	696
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada .....	697

1.189-b – Natureza das providências antecipatórias.....	697
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	699
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório ...	705
1.189-e – Conclusão .....	706
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução .....	707
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução.....	708
1.190-b – Medidas cautelares.....	709
1.190-c – Execução das medidas cautelares .....	710
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar .....	711
1.190-e – Tutela antecipatória .....	714
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela .....	715
§ 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Introito .....	717
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela .....	719
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela .....	721
1.191-c – Conclusão .....	724
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil.....	725
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil.....	727
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias.....	730
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução .....	733
1.192-d – Conclusão .....	735
Bibliografia .....	737
Índice Onomástico.....	753
Índice Alfabético de Assuntos .....	757
Índice dos Fluxogramas.....	793

# HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG  
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Doutor. Advogado (Parecerista). Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.

# CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

**47<sup>a</sup>** Revista,  
edição atualizada  
e ampliada

- EXECUÇÃO FORÇADA
  - Cumprimento de sentença
  - Execução de títulos extrajudiciais
- PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
- RECURSOS
- DIREITO INTERTEMPORAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1989

47ª edição – 2015

- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 03.11.2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. III / Humberto Theodoro Júnior. 47. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-6061-2

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)  
/341.46/

# Índice da Matéria

Apresentação à 47ª edição ..... XXXVII

## PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

### Parte I – As Vias de Execução do Novo Código de Processo Civil Brasileiro

#### *Capítulo I – Panorama das Vias Executivas*

§ 1º A abolição da ação de execução de sentença .....	3
1. Introdução.....	3
2. O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo ....	5
3. A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	7
4. O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	9
5. A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	10
6. A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro .....	11
7. Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	14
8. Observações conclusivas.....	16

#### *Capítulo II – Cumprimento da Sentença no Novo Código de Processo Civil*

§ 2º Disposições gerais .....	19
9. Introdução.....	19
10. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	20
11. Cumprimento de sentença e contraditório .....	23
12. Necessidade de requerimento do exequente .....	24
13. Intimação do devedor.....	25
14. Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários .....	27
15. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	28
16. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva .....	29

17. Tutela interdital como padrão .....	33
18. Cumprimento por iniciativa do devedor .....	34
19. Sucumbência .....	36
20. Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	38
21. Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	41
§ 3º Os títulos executivos judiciais .....	42
22. Enumeração legal.....	42
23. Medidas preparatórias especiais .....	44
24. Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras .....	45
25. Encerramento do cumprimento da sentença .....	46
26. Sentença condenatória civil.....	47
27. Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	49
28. Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	50
29. Ação declaratória e prescrição .....	52
30. Decisão homologatória de autocomposição.....	53
31. O formal e a certidão de partilha .....	56
32. Crédito de auxiliar da justiça.....	57
33. Sentença penal condenatória.....	58
34. Sentença arbitral.....	60
35. Decisão estrangeira.....	61
§ 4º Particularidades de alguns títulos executivos judiciais.....	63
36. Condenações a prestações alternativas .....	63
37. Julgamento fracionado da lide .....	64
38. Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....	65
39. Protesto da decisão judicial transitada em julgado .....	65
§ 5º Competência .....	68
40. Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	68
41. Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	68
42. Competência opcional para o cumprimento da sentença .....	70
43. Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	71
44. Competência para execução do efeito civil da sentença penal .....	71
45. Competência internacional .....	72
§ 6º Defesa do devedor .....	74
46. Impugnação do executado.....	74
47. Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação .....	75
48. Ausência de preclusão .....	75
49. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação .....	75

50. Natureza jurídica da impugnação.....	77
51. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	78
52. O cumprimento da sentença e a prescrição .....	90
53. Impedimento ou suspeição do juiz.....	93
54. Executados com diferentes procuradores.....	93
55. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa .....	93
56. Efeito da impugnação.....	93
57. O problema da iliquidez da sentença .....	94
58. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	96
59. Procedimento da impugnação .....	96
60. Instrução probatória.....	97
61. Julgamento da impugnação .....	97
62. Coisa julgada .....	98

*Capítulo III – Cumprimento da Sentença que Reconhece  
a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa*

§ 7º Noções introdutórias.....	99
63. Noção de obrigação por quantia certa .....	99
64. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia .....	99
65. Requerimento do credor .....	101
66. Intimação do devedor .....	102
67. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados .....	103
§ 8º Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa .....	105
68. Cabimento.....	105
69. Multa legal e honorários de advogado .....	105
70. Contagem do prazo para pagamento .....	109
71. Penhora e avaliação .....	110
72. O procedimento executivo.....	110
73. Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença .....	110
74. Defesa do executado .....	112
75. Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	112
76. Parcelamento da dívida .....	112
77. Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório .....	113
§ 9º Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	115
78. Noções introdutórias .....	115
79. Fundamentos da execução provisória.....	116
80. Execução de título extrajudicial embargada.....	116

81. Situação do tema no Código novo.....	117
82. Normas básicas da execução provisória.....	119
83. Casos de dispensa de caução.....	122
84. Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	123
85. Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	125
86. Incidentes da execução provisória.....	125
87. Procedimento do cumprimento provisório.....	125
88. Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	126

*Capítulo IV – Cumprimento de Sentenças de Obrigação de Quantia Certa sob Regime Especial*

§ 10. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	129
89. A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença.....	129
90. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	130
91. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	132
92. Sentenças de indenização por ato ilícito.....	137
93. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	140
94. Pensionamento em salários mínimos.....	141
§ 11. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	143
95. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	143
96. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	144
97. Procedimento.....	145
98. Defesa da Fazenda.....	147
99. Execução provisória.....	150
100. Sequestro de verbas públicas.....	151
101. Exceções ao regime dos precatórios.....	152
102. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	154
103. Credores litisconsorciados.....	155
104. Possibilidade de fracionamento do precatório.....	156
105. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	156
106. Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta....	157
107. O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	158
108. Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	161

*Capítulo V – Cumprimento de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de não Fazer ou de Entregar Coisa*

§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	163
--	-----

109. Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	163
110. Execução específica e execução substitutiva .....	164
111. Correta prestação da tutela substitutiva .....	166
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença .....	168
113. A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	169
114. Defesa do executado.....	180
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer.....	182
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	182
116. Procedimento do cumprimento de sentença .....	182
117. Impugnação do executado.....	184
118. Execução das obrigações de não fazer .....	185
119. Medidas de apoio.....	186
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade.....	189
120. Execução das prestações de declaração de vontade .....	189
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	191
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	192
123. Natureza jurídica da sentença .....	193
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	195
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa) .....	195
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	195
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico .....	198
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva ....	200
128. Procedimento .....	200
129. Defesa do executado.....	201
130. Obrigação genérica.....	202
131. Retenção por benfeitorias.....	203
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	204
133. Encerramento do processo .....	205

## Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

### Capítulo VI – Processo de Execução

§ 16. Princípios gerais da execução forçada.....	207
134. Disposições gerais.....	207
135. Vias de execução .....	209
136. O processo judicial .....	209
137. Processo de conhecimento e processo de execução.....	210
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	211

139. Visão unitária da jurisdição.....	213
140. Realização da sanção: fim da execução forçada.....	213
141. Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	214
142. Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	215
143. Meios de execução.....	216
144. Autonomia do processo de execução.....	217
145. Cumprimento da sentença e processo de execução.....	218
146. Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	219
147. Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução.....	220
§ 17. Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	222
148. Princípios informativos do processo de execução.....	222
149. Princípio da realidade: toda execução é real.....	223
150. Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	223
151. Princípio da utilidade da execução.....	224
152. Princípio da economia da execução.....	224
153. Princípio da especificidade da execução.....	224
154. Princípio dos ônus da execução.....	225
155. Princípio do respeito à dignidade humana.....	226
156. Princípio da disponibilidade da execução.....	226
157. Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	227
158. Honorários advocatícios na desistência da execução.....	229
§ 18. Formas de execução e atos de execução.....	231
159. As várias formas de execução.....	231
160. Execução singular e execução coletiva.....	231
161. Atos de execução.....	232
162. Relação processual executiva.....	234
163. A citação executiva.....	235
§ 19. Execução Provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial....	237
164. Procedimento da execução forçada.....	237
165. Observações sobre a petição inicial.....	238
166. Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	239
§ 20. Disposições gerais.....	242
167. Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução.....	242
168. Poderes do juiz no processo de execução.....	243
169. Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	245
170. Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	248
171. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	248

*Capítulo VII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução*

§ 21. Pressupostos e condições da execução forçada .....	251
172. Pressupostos processuais e condições da ação.....	251
173. O título executivo .....	252
174. Função do título executivo .....	253
175. Efeito prático do título executivo.....	254
176. Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	255
177. Formas dos títulos executivos .....	257
178. A exigibilidade da obrigação .....	258
179. O inadimplemento em contrato bilateral .....	260

*Capítulo VIII – A Relação Processual e seus Elementos*

§ 22. Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	263
180. Elementos do processo executivo .....	263

*Capítulo IX – Elementos Subjetivos (I)*

§ 23. Partes. Legitimação ativa .....	265
181. Nomenclatura.....	265
182. Legitimação ativa .....	266
183. Legitimação ativa originária do credor.....	266
184. Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	267
185. Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	267
186. Espólio.....	268
187. Herdeiros e sucessores .....	269
188. Cessionário .....	270
189. Sub-rogado .....	270
190. Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	272
191. Terceiros interessados .....	272
192. Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	273
§ 24. Legitimação passiva .....	274
193. Legitimação passiva.....	274
194. Dívida e responsabilidade.....	274
195. O devedor .....	276
196. Espólio e sucessores.....	276
197. O novo devedor.....	279
198. Fiador judicial .....	280
199. Fiador extrajudicial.....	281
200. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito...	283

201. Responsável tributário .....	284
202. Revelia do devedor e curador especial.....	287
§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução.....	289
203. Litisconsórcio .....	289
204. Assistência .....	290
205. Denúnciação da lide.....	291
206. Chamamento ao processo .....	292
§ 26. Processo cumulativo .....	295
207. Cumulação de execuções.....	295
208. Cumulação sucessiva de execuções.....	297
209. Cúmulo subjetivo.....	297

### *Capítulo X – Elementos Subjetivos (II)*

§ 27. O órgão judicial.....	299
210. Juízo competente para a execução.....	299
211. Execução de sentença.....	299
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	300
213. Competência para a execução fiscal.....	301
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	301
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos.....	302

### *Capítulo XI – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)*

§ 28. Objeto da atividade executiva.....	305
216. Bens exequíveis .....	305
217. Resquícios da execução pessoal.....	305
§ 29. Responsabilidade patrimonial.....	307
218. Obrigação e responsabilidade .....	307
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....	309
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....	310
221. Responsabilidade executiva secundária.....	310
222. Excussão de bens do sucessor singular.....	311
223. Excussão de bens do sócio.....	314
224. Desconsideração da personalidade jurídica.....	316
225. Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica.....	317
226. Bens do devedor em poder de terceiros .....	318
227. Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação.....	318
228. Bens alienados em fraude à execução.....	320
229. Casos de fraude de execução.....	322
230. Fraude à execução e insolvência do devedor .....	326
231. A fraude por meio de negócio financeiro.....	329

232. A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução.....	330
233. A posição do terceiro adquirente em face da execução.....	332
234. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	333
235. Bens sujeitos ao direito de retenção .....	334
236. Excussão de bens do fiador .....	334
237. Bens de espólio.....	335
238. Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície .....	336
239. A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução .....	336

*Capítulo XII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)*

§ 30. Execução de títulos extrajudiciais.....	341
240. Execução de sentença e ação executiva.....	341
241. Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	342
§ 31. Títulos executivos extrajudiciais .....	343
242. Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	343
243. Títulos cambiários e cambiariformes.....	345
244. Duplicatas .....	346
245. Responsáveis cambiários .....	347
246. Documento público ou particular.....	348
247. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	349
248. Contrato com convenção arbitral.....	350
249. Confissões de dívida.....	350
250. Contrato de abertura de crédito .....	351
251. Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução .....	353
252. Execução hipotecária .....	355
253. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel .....	358
254. A hipoteca e a prescrição .....	359
255. Classificação das garantias .....	360
256. Seguros .....	361
257. Rendas imobiliárias.....	362
258. Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	362
259. Encargo de condomínio.....	363
260. Dívida ativa da Fazenda Pública.....	364
261. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	368
262. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	368
263. Títulos executivos definidos em outras leis.....	368
264. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título .....	369
265. Títulos estrangeiros .....	371

*Capítulo XIII – Disposições Gerais*

§ 32. Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....	373
266. Organização da matéria no Código de Processo Civil .....	373
267. Direito de preferência gerado pela penhora.....	374
268. Tutela aos privilégios emergentes da penhora .....	377
269. A petição inicial .....	377
270. A documentação da petição inicial .....	377
271. Outras providências a cargo do credor .....	379
272. Obrigações alternativas.....	379
273. Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação .....	380
274. Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada ....	380
275. Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	381
276. Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada .....	381
277. Medidas acautelatórias.....	382
278. Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público .....	383
279. Efeito da averbação.....	383
280. Abuso do direito de averbação.....	384
281. Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	385
282. Execução e prescrição .....	385
283. Nulidades no processo de execução.....	387
284. Imperfeição do título executivo .....	387
285. Falta de título executivo.....	388
286. Nulidade da execução fiscal .....	388
287. Vício da citação .....	389
288. Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	390
289. A arguição das nulidades.....	391
290. A arrematação de bem gravado com direito real .....	392
291. Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor .....	393
292. Execução realizável por vários meios.....	394
293. Peculiaridades da citação executiva .....	395

*Capítulo XIV – Execução para Entrega de Coisa*

§ 33. Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa.....	397
294. Conceito .....	397
295. Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa .....	398
296. Procedimento .....	399
297. Cominação de multa diária .....	401
298. Regime dos embargos do executado .....	402

299. Alienação da coisa devida.....	403
300. Execução da obrigação substitutiva .....	404
301. Execução de coisa sujeita a direito de retenção .....	405
302. Embargos de retenção.....	406
303. Execução para entrega de coisa incerta .....	406
304. Medidas de coerção e apoio .....	407

*Capítulo XV – Execução das Obrigações de Fazer e não Fazer*

§ 34. Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer .....	411
305. O problema da execução das prestações de fato.....	411
306. Fungibilidade das prestações.....	412
307. <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação .....	413
308. Distinções preliminares .....	415
309. Princípios comuns .....	416
310. Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	417
311. Execução das prestações fungíveis .....	417
312. Realização da prestação fungível por terceiro.....	418
313. Inadimplência do terceiro contratante .....	420
314. Realização da prestação pelo próprio credor .....	420
315. O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	422
316. Autotutela prevista no novo Código Civil.....	422
317. Execução das prestações infungíveis.....	423
318. Execução das obrigações de não fazer .....	424

*Capítulo XVI – Execução por Quantia Certa*

§ 35. Noções gerais.....	427
319. O objetivo da execução por quantia certa .....	427
320. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	428
321. Espécies .....	429

*Capítulo XVII – Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente*

§ 36. Fase de proposição .....	431
322. Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	431
323. Proposição .....	432
324. Procedimento da penhora e avaliação .....	434
325. Arresto de bens do devedor não encontrado .....	435
326. Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	436
327. Redução da verba honorária .....	437
328. Majoração da verba honorária .....	438

*Capítulo XVIII – Fase de Instrução (I)*

§ 37. Penhora.....	439
329. A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantidade certa .....	439
330. Natureza jurídica da penhora.....	440
331. Função da penhora .....	442
332. Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	444
333. Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público .....	446
334. Averbação da penhora no registro competente .....	449
335. Lugar de realização da penhora .....	450
336. Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução ...	450
§ 38. Objeto da penhora .....	453
337. Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	453
338. Bens impenhoráveis .....	454
339. Ressalva geral à regra da impenhorabilidade.....	462
340. Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural .....	463
341. A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	463
342. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal .....	466
343. Bens relativamente impenhoráveis.....	467
344. As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	467
345. Limites da penhora.....	470
346. Valor dos bens penhoráveis.....	471
347. Escolha dos bens a penhorar.....	471
348. A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	472
349. Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes .....	474
350. Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado .....	475
351. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	476
352. Situação dos bens a penhorar.....	477
353. Bens fora da comarca .....	477
§ 39. Realização e formalização da penhora .....	479
354. Penhora pelo oficial de justiça .....	479
355. Penhora de bens em mãos de terceiro .....	480
356. Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	480
357. Frustração da diligência.....	481
358. Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial .....	481
359. Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão .....	482
360. Intimação de penhora .....	483
§ 40. Penhoras especiais.....	485
361. Particularidades da penhora de certos bens.....	485

362. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	485
363. Impenhorabilidade do saldo bancário .....	491
364. Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais .....	493
365. Penhora sobre créditos do executado .....	493
366. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....	495
367. Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente .....	495
368. Penhora no rosto dos autos .....	496
369. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	496
370. Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	497
371. Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas .....	498
372. Penhora de direitos e ações .....	499
373. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	500
374. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária .....	501
375. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público .....	502
376. Penhora de navio ou aeronave .....	503
377. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....	503
378. Penhora de parte do faturamento da empresa executada .....	503
379. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	505
380. Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa .....	506
381. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	508
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	511
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor .....	512
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens.....	513
§ 41. Alterações e resgate da penhora .....	515
385. Modificações da penhora .....	515
386. Substituição da penhora .....	516
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	518
388. Substituição por iniciativa do executado.....	519
389. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição .....	520
390. Menor onerosidade para o executado.....	520
391. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	521
392. Remição da execução por quantia certa .....	522
§ 42. Depósito e administração dos bens penhorados .....	524
393. Depósito dos bens penhorados.....	524
394. Escolha do depositário.....	524
395. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	525
396. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	526
397. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	526
398. Função do depositário.....	527

399. Alienação antecipada dos bens penhorados .....	527
400. Depositário comum e depositário administrador.....	529
401. Responsabilidade do depositário.....	529
402. Entrega de bens após a expropriação executiva.....	530
403. Prisão civil do depositário judicial.....	531

### Capítulo XIX – Fase De Instrução (II)

§ 43. Expropriação.....	533
404. Conceito.....	533
405. Modalidades de expropriação .....	534
406. Avaliação .....	535
407. O encarregado da avaliação.....	536
408. Laudo de avaliação .....	537
409. Dispensa da avaliação .....	538
410. Avaliação de bem imóvel .....	539
411. Avaliação e contraditório.....	539
412. Repetição da avaliação .....	539
413. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva .....	542
§ 44. Adjudicação .....	544
414. Introdução .....	544
415. Conceito de adjudicação.....	544
416. Requisitos da adjudicação .....	546
417. Intimação do executado.....	546
418. Depósito do preço.....	547
419. Legitimação para adjudicar .....	547
420. Adjudicação por credor .....	549
421. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado...	550
422. Prazo para a adjudicação .....	551
423. Concurso entre pretendentes à adjudicação .....	552
424. Auto de adjudicação .....	553
425. Aperfeiçoamento da adjudicação .....	554
426. Carta de adjudicação .....	554
427. Remição do imóvel hipotecado.....	555
§ 45. Alienação por iniciativa particular .....	557
428. As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	557
429. O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular .....	559
430. Formalização da alienação por iniciativa particular .....	561
431. Carta de alienação .....	562
§ 46. Alienação em leilão judicial.....	564
432. Conceito de leilão judicial e arrematação.....	564

433. Espécies de hasta pública .....	565
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa .....	566
435. Edital do leilão .....	566
436. Leiloeiro Público.....	567
437. Publicidade do edital.....	568
438. Intimação da alienação judicial ao devedor .....	569
439. Outras intimações da alienação judicial.....	570
440. Adiamento do leilão .....	573
441. O leilão judicial .....	573
442. Aquisição do bem leiloado a prazo .....	574
443. Legitimação para arrematar .....	576
444. Forma de pagamento e formalização da arrematação .....	578
445. Auto de arrematação .....	578
446. Arrematação de imóveis .....	580
447. Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações.....	582
448. Remédios contra os vícios da arrematação .....	582
449. Desistência da arrematação.....	583
450. Invalidade e ineficácia da arrematação no regime anterior .....	584
451. Invalidade e ineficácia da arrematação no regime do NCPC.....	586
452. Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	588
453. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros.....	590
454. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do NCPC.....	590
455. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	590
456. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial .....	591
457. Carta de arrematação .....	592
458. Arrematação e remição da execução.....	595
459. Efeitos da arrematação .....	596
460. Evicção e arrematação.....	597
461. Vícios redibitórios.....	598
462. Ação anulatória da arrematação .....	599
463. Remição dos bens arrematados .....	600
§ 47. Apropriação de Frutos e Rendimentos.....	602
464. Modalidade especial de expropriação .....	602
465. Iniciativa .....	603
466. Pressuposto.....	603
467. Procedimento.....	603
468. Pagamento ao exequente.....	603
<i>Capítulo XX – Fase de Satisfação</i>	
§ 48. Pagamento ao credor de quantia certa.....	605
469. Satisfação do direito do exequente .....	605
470. Última etapa do processo de execução .....	606

§ 49. Pagamento por entrega do dinheiro.....	608
471. Entrega do dinheiro.....	608
472. Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	609
473. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado....	611
474. Procedimento do concurso particular .....	612

### *Capítulo XXI – Execução contra a Fazenda Pública*

§ 50. Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público.....	615
475. Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa.....	615
476. Defesa da Fazenda Pública .....	617
477. Julgamento.....	620

### *Capítulo XXII – Execução da Obrigação de Alimentos*

§ 51. Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos .....	623
478. Introdução .....	623
479. Execução autônoma da prestação alimentícia .....	623
480. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o NCPC.....	624
481. Averbação em folha de pagamento .....	625
482. Prisão civil do devedor.....	625
483. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos.....	627

## **Parte III – Oposição à Execução Forçada**

### *Capítulo XXIII – Resistência do Devedor e de Terceiros*

§ 52. Embargos à execução.....	629
484. Resistência à execução .....	629
485. Outros meios impugnativos .....	631
486. Embargos e impugnação.....	632
487. Natureza jurídica dos embargos à execução .....	636
488. Classificação dos embargos do devedor .....	637
489. Legitimação .....	637
490. Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	639
491. Competência .....	640
492. Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	642
493. Segurança do juízo.....	645
494. Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	646
495. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	647
496. Rejeição liminar dos embargos.....	648

497. Procedimento .....	652
498. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	654
499. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	656
500. Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	657
501. Efeitos dos embargos sobre a execução .....	659
502. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	660
503. Embargos parciais.....	662
504. Embargos de um dos coexecutados .....	662
505. Embargos fundados em excesso de execução.....	663
506. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	663
507. Embargos de retenção por benfeitorias .....	664
508. Matéria arguível nos embargos à execução .....	664
509. Arguição de nulidade da execução .....	665
510. Vícios da penhora e da avaliação .....	667
511. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	668
512. Retenção por benfeitorias.....	669
513. Defesas próprias do processo de conhecimento.....	670
514. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente .....	671
515. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	672
516. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	673
517. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC.....	674
518. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC .....	675
519. A posição especial do arrematante .....	676
520. Exceção de pré-executividade.....	677
521. Sucumbência na exceção de pré-executividade.....	679
§ 53. Parcelamento judicial do crédito exequendo .....	682
522. Moratória legal.....	682
523. Requisitos para a obtenção do parcelamento.....	682
524. Procedimento do incidente .....	684
525. Indeferimento do parcelamento .....	685
526. Descumprimento do parcelamento.....	685
§ 54. Embargos de terceiro .....	688
527. Visão geral .....	688
528. Natureza da ação.....	689
529. Legitimação ativa.....	690
530. <i>Provocatio ad agendum</i> .....	691
531. Legitimação passiva.....	692
532. Valor da causa .....	692
533. Competência .....	692
534. Oportunidade.....	693
535. Julgamento e recurso.....	693

536. Procedimento .....	693
537. Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	694
538. Efeitos do julgamento do mérito dos embargos .....	695
539. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	695
540. Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	696

## Parte IV – Insolvência Civil

### *Capítulo XXIV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente*

§ 55. Execução concursal.....	699
541. Introdução .....	699
542. Execução coletiva e execução singular.....	699
543. Pressupostos da execução coletiva .....	701
544. Efeitos da declaração de insolvência .....	703
545. Características da execução coletiva .....	705
546. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	705
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência .....	707
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....	707
548. Caracterização da insolvência.....	709
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo.....	711
549. Legitimação .....	711
550. Insolvência requerida pelo credor .....	712
551. Caráter facultativo da ação concursal .....	713
552. Insolvência de cônjuges .....	714
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	715
§ 58. Procedimentos da execução coletiva .....	716
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor .....	716
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....	718
§ 59. Competência para a execução concursal .....	722
556. Competência .....	722
§ 60. Sentença declaratória de insolvência .....	724
557. Declaração judicial de insolvência .....	724
§ 61. Administração da massa .....	726
558. O administrador da massa .....	726
559. Atribuições do administrador.....	727
§ 62. Concurso de credores.....	729
560. Verificação e classificação dos créditos.....	729

561. Credores retardatários e credores sem título executivo.....	731
562. Quadro geral de credores.....	732
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo.....	734
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	734
564. Encerramento e suspensão do processo.....	735
565. Saldo devedor.....	736
566. Extinção das obrigações.....	737
§ 64. Disposições gerais.....	740
567. Concordata civil.....	740
568. Pensão para o devedor.....	741
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	741
570. Editais.....	742

## **Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal**

### *Capítulo XXV – Suspensão e Extinção do Processo de Execução*

§ 65. Vicissitudes do processo executivo.....	745
571. Suspensão da execução.....	745
572. Casos de suspensão.....	747
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do NCPC.....	748
574. Suspensão provocada por embargos.....	750
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	750
576. Suspensão e prescrição intercorrente.....	751
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao NCPC.....	754
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	756
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	756
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito.....	756
581. Efeitos da suspensão.....	757
582. Extinção da execução.....	757
583. Extinção por indeferimento da petição inicial.....	758
584. Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	759
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio.....	759
586. Extinção por renúncia.....	759
587. Extinção pela prescrição intercorrente.....	759
588. Outros casos de extinção da execução.....	760
589. Sentença de extinção.....	761
590. Coisa julgada.....	763
§ 66. Recursos no processo de execução.....	766
591. O problema recursal na execução.....	766
592. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes.....	766

593. Casos de cabimento da apelação.....	767
594. Casos de agravo de instrumento.....	768
595. Efeitos dos recursos .....	768
596. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação .....	769
597. Causas de alçada .....	770
598. Recursos extraordinário e especial.....	770

## Parte VI – O Processo nos Tribunais

### Capítulo XXVI – Noções Gerais

§ 67. O processo nos tribunais.....	771
599. Duplo grau de jurisdição.....	771
600. Competência dos tribunais.....	772
601. Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	772
602. Casos de competência originária dos tribunais .....	773
603. Posição da matéria no novo Código de Processo Civil.....	776
604. O funcionamento dos tribunais .....	777
605. O sistema de julgamento dos tribunais .....	778
606. A relevante função do Relator .....	778
607. O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	781
§ 68. Valorização da jurisprudência.....	792
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	792
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciatórias de cláusulas gerais.....	793
610. Características do sistema sumular .....	794
611. A posição do novo CPC sobre a força normativa da jurisprudência .....	795
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa .....	797
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes .....	797
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	799
615. Publicidade e alteração da jurisprudência .....	800
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	801
617. Súmula jurisprudencial .....	804
618. Súmula vinculante.....	805
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	806
§ 69. Incidente de assunção de competência .....	810
620. Conceito .....	810
621. Pressupostos.....	811
622. Procedimento .....	811
623. Efeitos da decisão .....	812
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	813
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	813

625. Regulamentação legal .....	814
626. O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais .....	815
627. Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	816
628. Iniciativa de arguição.....	816
629. Momento da arguição .....	816
630. Competência para apreciar o cabimento do incidente.....	817
631. O julgamento da arguição.....	817
§ 71. Conflito de competência .....	821
632. Conflito de competência .....	821
§ 72. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	823
633. A eficácia da decisão estrangeira.....	823
634. O sistema nacional .....	823
635. A homologação da decisão estrangeira .....	824
636. Decisões estrangeiras homologáveis.....	825
637. Decisões estrangeiras que dispensam homologação .....	827
638. Homologação parcial da decisão estrangeira .....	827
639. Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	828
640. Natureza da decisão homologatória .....	830
641. O procedimento .....	830
642. A execução .....	832
643. Pedidos de urgência .....	832
644. A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	833
645. Execução de medida de urgência estrangeira.....	833
646. Procedimento .....	833
§ 73. Ação rescisória.....	835
647. Conceito .....	835
648. Pressupostos.....	838
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	842
650. Decisões terminativas rescindíveis .....	843
651. Rescisão parcial .....	846
652. Casos de admissibilidade da rescisória .....	846
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	847
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II) .....	848
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	849
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	851
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	852
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V) .....	854
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência.....	856
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V) .....	858
660.1 Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF .....	861

660.2 Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	861
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	862
662. Prova nova (art. 966, VII).....	862
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	865
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	866
665. Atos sujeitos à ação anulatória.....	867
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória.....	869
667. Fundamentos da ação anulatória.....	869
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	870
669. Natureza da ação.....	870
670. Sentença homologatória em processo contencioso.....	870
671. Legitimação.....	871
672. Legitimação do Ministério Público.....	873
673. Legitimação passiva.....	875
674. Citação tardia do litisconsorte necessário.....	876
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa.....	877
676. Caução.....	877
677. Competência.....	877
678. O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	880
679. Multa de 5% sobre o valor da causa.....	881
680. A execução da sentença rescindenda.....	882
681. Indeferimento da inicial.....	883
682. Procedimento.....	884
683. Natureza e conteúdo da decisão.....	887
684. A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	888
685. Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	891
686. Rescisória de rescisória.....	892
687. Prazo de propositura da ação rescisória.....	893
688. Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	895
689. A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	900
690. Contagem do prazo.....	901
691. Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	904
692. Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	904
693. Sentença nula de pleno direito.....	906
§ 74. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	911
694. Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	911
695. Natureza jurídica do incidente.....	912
696. Força de coisa julgada e força executiva.....	913
697. Cabimento do incidente.....	913
698. Objetivos do incidente.....	915
699. Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	916

700. Legitimidade para a promoção do incidente .....	917
701. Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau .....	918
702. Desistência ou abandono do processo .....	918
703. Participação do Ministério Público .....	919
704. Competência .....	919
705. Detalhes do procedimento .....	920
706. Força vinculante da decisão do incidente .....	924
707. Publicidade especial .....	925
708. Recursos .....	925
709. Reclamação .....	927
710. Revisão da tese firmada no incidente .....	928
§ 75. Reclamação .....	930
711. Histórico.....	930
712. Natureza da reclamação .....	931
713. Cabimento.....	932
714. Legitimidade.....	933
715. Procedimento .....	933

## **Parte VII – Recursos**

### *Capítulo XXVII – Sistema Recursal do Processo Civil*

§ 76. Recursos .....	937
716. Conceito .....	937
717. Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais .....	938
718. Classificação dos recursos.....	939
719. Fundamento e natureza do direito ao recurso .....	943
720. Atos sujeitos a recurso.....	944
721. Recursos admissíveis .....	945
722. Reclamação .....	946
723. Correição parcial.....	947
724. A técnica de julgamento dos recursos .....	948
§ 77. Princípios gerais dos recursos .....	950
725. Princípios fundamentais dos recursos civis.....	950
726. Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	952
727. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	952
728. Princípio da taxatividade .....	956
729. Princípio da singularidade.....	957
730. Princípio da fungibilidade .....	958
731. Princípio da dialeticidade .....	960

732. Princípio da voluntariedade .....	
733. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	
734. Princípio da complementariedade: inaplicabilidade aos recursos civis.....	
735. Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	
736. A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do NCPC.....	
737. Princípio da consumação.....	
§ 78. Disposições gerais relativas aos recursos civis .....	
738. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos .....	
739. Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos....	
740. Cabimento: atos judiciais recorríveis .....	
741. Tempestividade do recurso.....	
742. Recurso interposto antes da publicação do julgado .....	
743. Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	
744. Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	
745. Legitimação para recorrer.....	
746. Particularidades do recurso de terceiro .....	
747. Recurso de terceiro e coisa julgada.....	
748. Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente .....	
749. Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	
750. Singularidade do recurso .....	
751. Adequação e fungibilidade dos recursos.....	
752. Preparo .....	
753. Motivação e forma .....	
754. Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	
755. Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	
756. Recurso adesivo.....	
757. Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	
758. A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	
§ 79. Efeitos da interposição do recurso.....	
759. Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	
760. Efeito substitutivo .....	
761. Efeito translativo .....	
762. Efeito expansivo .....	
§ 80. A Apelação .....	
763. Conceito .....	
764. O novo CPC e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença.....	
765. Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento ....	
766. Interposição da apelação .....	

767. Efeitos da apelação.....	1012
768. Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	1018
769. Questão de fato e questão de direito.....	1019
770. Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013 .....	1020
771. Prescrição e decadência.....	1022
772. A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	1023
773. Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação .....	1024
774. Recebimento da apelação.....	1025
775. A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF .....	1027
776. Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator .....	1028
777. Deserção .....	1029
778. Prazo para interposição da apelação .....	1030
779. Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração.....	1030
780. Julgamento em segunda instância.....	1031
§ 81. Agravo de instrumento.....	1033
781. Conceito .....	1033
782. Espécies de agravo.....	1034
783. Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	1036
784. Agravo de instrumento.....	1038
785. Prazo de interposição .....	1040
786. Formação do instrumento do agravo .....	1041
787. Efeitos do agravo de instrumento .....	1043
788. Processamento do agravo de instrumento.....	1044
789. O contraditório.....	1047
790. Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i> .....	1048
791. Julgamento do recurso pelo colegiado .....	1049
792. Encerramento do feito .....	1050
793. Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo .....	1050
§ 82. Agravo interno.....	1054
794. Conceito .....	1054
795. Procedimento .....	1054
796. Efeitos do agravo interno .....	1055
797. Sustentação oral.....	1056
798. Fungibilidade .....	1056
§ 83. Embargos de declaração.....	1059
799. Conceito e cabimento.....	1059
800. Pressupostos dos embargos de declaração.....	1060

801. Obscuridade no julgamento .....	1061
802. Contradição .....	1062
803. Omissão .....	1063
804. Hipóteses de omissão.....	1066
805. Erro material.....	1067
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	1069
807. Procedimento .....	1072
808. Prequestionamento .....	1073
809. Efeito interruptivo.....	1073
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	1075
811. Efeito suspensivo especial .....	1075
811.1 Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	1076
812. Efeito integrativo.....	1078
813. Embargos manifestamente protelatórios .....	1078

*Capítulo XXVIII – Recursos para o Supremo Tribunal Federal  
e para o Superior Tribunal de Justiça*

§ 84. Recurso ordinário.....	1083
814. Introito .....	1083
815. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.....	1084
816. Recurso ordinário para o STJ.....	1086
§ 85. Recurso extraordinário e especial .....	1089
817. Recurso extraordinário.....	1089
818. Pressupostos do recurso extraordinário .....	1090
819. Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário...	1094
820. Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	1096
821. Procedimento no STF.....	1097
822. Reflexos da decisão acerca da repercussão geral.....	1099
823. O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	1101
824. Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral .....	1102
825. Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral .....	1103
826. Função do recurso extraordinário .....	1105
827. Efeitos do recurso extraordinário .....	1105
828. Processamento do recurso extraordinário.....	1108
829. O preparo dos recursos para o STF e para o STJ .....	1109
830. O recurso extraordinário por via eletrônica.....	1110
831. Julgamento do recurso e julgamento da causa .....	1111
832. Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão .....	1114
833. Poderes do relator .....	1115
834. Recurso especial para o STJ.....	1116
835. Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	1118

836. Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1119
837. Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	1125
838. Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1126
839. Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1126
840. Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário .....	1127
841. Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	1128
842. Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1128
§ 86. Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1131
843. Introdução.....	1131
844. Os recursos especial e extraordinário repetitivos .....	1132
845. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem .....	1134
846. Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais...	1137
847. Desistência do recurso padrão .....	1137
848. Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF ....	1139
849. Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1144
850. Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1146
§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário.....	1148
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	1148
852. Cabimento.....	1148
853. Interposição e contraditório .....	1149
854. Remessa à Corte Superior .....	1149
855. Julgamento .....	1149
856. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1150
§ 88. Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1152
857. Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1152
858. Alguns problemas superados pelo NCPC.....	1154
859. Procedimento no STJ.....	1155
860. Procedimento no STF.....	1156
861. Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal .....	1156
862. Ampliação da força vinculante da jurisprudência .....	1159
§ 89. Direito intertemporal em matéria de recursos.....	1162
863. Posição do novo Código.....	1162
864. Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos .....	1162
§ 90. Disposições finais e transitórias .....	1166
865. Direito intertemporal.....	1166
866. Direito probatório .....	1167
867. Procedimento comum como regra geral .....	1167
868. Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1167

869. Execução contra devedor insolvente .....	1168
870. Atos processuais eletrônicos e certificação digital .....	1168
871. Trânsito em julgado de questões prejudiciais .....	1169
872. Depósito judicial .....	1169
873. Custas devidas à União, na Justiça Federal .....	1170
874. Procedimentos dos juizados especiais cíveis .....	1170
875. Embargos de declaração da Justiça Eleitoral .....	1171
876. Alteração do Código Civil .....	1171
877. Conselho Nacional de Justiça .....	1171
878. Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal .....	1172
879. Instituição do reconhecimento extrajudicial do usucapião .....	1172
880. Revogação de disposições existentes em outras leis .....	1173
881. Situação especial em relação ao Código Civil .....	1179
Bibliografia .....	1181
Índice Onomástico .....	1199
Índice Alfabético de Assuntos .....	1205
Índice dos Fluxogramas .....	1231